

A representação do suicídio nos média portugueses entre 2013 e 2017

The portrayal of suicide in the Portuguese media between 2013 and 2017

La representación del suicidio en los medios portugueses entre 2013 y 2017

Rita Araújo, Universidad de Minho, Braga, Portugal (ritaaraujo@ics.uminho.pt)

Felisbela Lopes, Universidad de Minho, Braga, Portugal (felisbela@ics.uminho.pt)

RESUMO | O suicídio será desencadeado por múltiplos fatores, sendo uma das principais causas de morte no mundo desenvolvido (Gandy & Terrion, 2015). Os media noticiosos não serão uma das variáveis mais sensíveis, mas podem constituir-se como um meio eficaz de prevenção. Por isso, é importante perceber que cobertura jornalística se desenvolve a este nível. Neste artigo, procuramos analisar a imprensa diária portuguesa de âmbito nacional ao longo da segunda década do século XXI. A partir de uma amostra de 14.243 artigos publicados nos jornais diários sobre saúde nesse período, procuramos identificar os conteúdos que falam de doenças (4.651) para dentro destes analisarmos em profundidade os textos noticiosos centrados no suicídio: 74. Do nosso estudo, concluiu-se que os jornalistas poderiam, através do seu trabalho, criar um travão ou um alerta em relação a um comportamento de risco que, em alguns casos, se revela fatal, evitando, por exemplos, títulos sensacionalistas ou mencionando estruturas de apoio para quem precisa de ajuda a esse nível. E estão a falhar aí.

PALAVRAS-CHAVE: suicídio; jornalismo; prevenção; *media*.

FORMA DE CITAR

Araujo, R. & Lopes, F. (2022). A representação do suicídio nos média portugueses entre 2013 e 2017. *Cuadernos.info*, (51), 159-174. <https://doi.org/10.7764/cdi.51.27613>

ABSTRACT | *Suicide is one of the main causes of death in the developed world, and there are multiple reasons behind it (Gandy & Terrion, 2015). Even though the media are not a key variable in this phenomenon, they can be an effective means of prevention. Therefore, it is important to understand the media coverage of suicide. In this paper, we look into the daily Portuguese national newspapers throughout the second decade of the 21st century. With a corpus of 14.243 health news pieces published during that period of time, we seek to identify texts that portray diseases (4651) and, within these, we take a deeper look into suicide news (74 pieces). Our study shows that journalists have the chance to work as a break or alert concerning a risk behavior that can sometimes be fatal, by avoiding sensationalist titles or by referring to support structures for those who need help. And they are failing that role.*

KEYWORDS: *suicide; journalism; prevention; media.*

RESUMEN | El suicidio es una de las principales causas de muerte en el mundo desarrollado y está condicionado por varios factores (Gandy & Terrion, 2015). Los medios de comunicación no son una de las variables más sensibles, pero podrían ser un medio eficaz de prevención. Por eso, es importante comprender qué tipo de cobertura periodística se realiza a este nivel. En este artículo, buscamos analizar la prensa diaria portuguesa de cobertura nacional en la segunda década del siglo XXI. Con una muestra de 14.243 textos de salud publicados en diarios, identificamos los contenidos acerca de enfermedades (4651) y analizamos en profundidad los textos que se enfocaban en el suicidio: 74. Llegamos a la conclusión de que los periodistas podrían, a través de su trabajo, ser un freno o una alerta en relación a un comportamiento de riesgo que, en algunos casos, resulta fatal, para evitar, por ejemplo, títulos sensacionalistas o mencionar estructuras de apoyo para los que necesitan ayuda en este nivel. Los periodistas están fracasando en ese aspecto.

PALABRAS CLAVE: suicidio; periodismo; prevención; medios de comunicación.

INTRODUÇÃO

Os distúrbios mentais são um dos maiores desafios de saúde pública do século XXI, e o suicídio constitui uma das principais causas de morte no mundo desenvolvido (Gandy & Terrion, 2015). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) estima que ocorram mais de 700 mil suicídios por ano em todo o mundo. Este é, no entanto, um fenómeno sub-representado, devido às mortes por causa desconhecida, mortes por causa violenta ou indeterminada, e mortes por acidente ou *overdose*. Importa sublinhar que muitos distúrbios mentais, incluindo alguns comportamentos que levam ao suicídio, são preveníveis e podem ser tratados. Os profissionais de saúde e investigadores reconhecem o poder dos *media* na prevenção do suicídio, e a capacidade para reduzir o estigma e promover a procura de ajuda (Gandy & Terrion, 2015; Sudak & Sudak, 2005). A própria OMS identifica os *media* como potenciais aliados das autoridades de saúde na prevenção do suicídio. Outros autores defendem que a cobertura mediática do suicídio é um assunto de saúde pública (Frey *et al*, 2000). A preocupação com a influência dos *media* no comportamento suicidário começou em 1774, com a publicação do livro *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, de Goethe, que acabou por ser proibido em vários países europeus (Gould *et al.*, 2003; Goldney, 1989). Em 1974, o termo “efeito de Werther” foi cunhado pelo sociólogo Phillips para descrever o aumento dos comportamentos suicidários após a cobertura mediática de um suicídio. Desde aí, os termos “efeito de Werther”, “contágio”, “imitação”, ou “cluster de suicídios” têm sido utilizados como sinónimos, embora haja diferenças entre eles. Inúmeros estudos em todo o mundo analisam o impacto dos *media* no suicídio, alertando para o efeito de imitação. É importante sublinhar que a cobertura mediática do suicídio em si mesma não promove comportamentos suicidários, mas a forma como essa cobertura é conduzida pode promover. Ou seja, determinados relatos nos *media* podem funcionar como “gatilhos” e impulsionar comportamentos suicidários. O suicídio é um fenómeno extremamente complexo e multifatorial, sendo que o aumento dos comportamentos suicidários após a cobertura mediática de um suicídio está relacionado com a quantidade, duração, e destaque dessa cobertura, para nomear alguns aspetos (Pirkis *et al.*, 2007; Gould, 2001). A investigadora norte-americana Madelyn Gould afirma que “a existência do contágio de suicídios já não deve ser questionada” (Gould *et al.*, 2003, p. 1273).

Neste artigo, iremos procurar perceber como o suicídio é retratado na cobertura noticiosa de âmbito nacional em Portugal. Para isso, recortámos uma amostra ao longo da segunda década do século XXI, constituída por artigos noticiosos publicados na imprensa diária generalista portuguesa que, como se sabe, tem um forte poder de agendamento temático para outros *media* e, por arrastamento, na opinião pública.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O agendamento das notícias e a influência dos *media*

A teoria do *agenda-setting*, ou agendamento, é uma das mais estudadas no campo da comunicação, e compreende vários conceitos e teorias que se interligam. Dearing e Rogers (1992) escrevem que o centro do processo de *agenda-setting* acontece quando a importância de um assunto muda na agenda mediática, na agenda pública ou na agenda política. É através da importância que os *media* atribuem a determinados assuntos na agenda mediática que dizem ao público em que pensar (Dearing & Rogers, 1992), sendo que o processo de agendamento tem início quando determinado assunto sobe na agenda mediática. Deste modo, o processo de agendamento ocupa-se da transferência de importância dos *media* para o público, e está intimamente ligado à capacidade que os *media* têm de selecionar os eventos que irão formar a agenda pública. Estes conceitos relacionam-se ainda com as teorias do framing e do priming, ou seja, a seleção de características por parte dos *media* e o seu impacto na agenda pública. Deste modo, os *media* dizem-nos não só *em que pensar*, mas também *como pensar*. A forma como um assunto é explorado pelos *media* influencia a forma como o público pensa sobre esse assunto, ou seja, a cobertura mediática afeta a importância desse assunto na agenda pública.

No caso do jornalismo em saúde, os *media* têm um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção da doença, sendo capazes de promover a mudança de comportamentos individuais, mas também as percepções públicas relativamente a determinada doença ou condição de saúde (Schiavo, 2014). Olhando particularmente para o fenómeno do suicídio, o facto de os jornais incluírem, com frequência, notícias sobre suicídio poderia resultar numa maior atenção do público sobre este tema (Blanco Castilla & Cano Galindo, 2019; Santos Diez & Camacho Markina, 2020).

Mediatização do suicídio: recomendações para os jornalistas

A preocupação generalizada com os comportamentos imitativos que podem surgir na sequência da cobertura mediática do suicídio levou um conjunto de organismos internacionais a desenvolver recursos para os *media*, de forma a que estes promovam uma cobertura “responsável, correta e ética” (Pirkis *et al*, 2007, 2006). De sublinhar que o suicídio por si só não tem valor-notícia, mas há determinados casos de suicídio que reúnem um inequívoco potencial noticioso. Em alguns países, tradicionalmente era mesmo desaconselhada a cobertura mediática do suicídio pelo receio de comportamentos imitativos. Hoje existem normas dirigidas aos *media* para que estes promovam uma cobertura responsável (Gandy & Terrion, 2015). A receção deste tipo de normas por parte dos *media* varia muito de país para país, sendo que os jornalistas na Austrália e na Áustria, por exemplo, têm sido recetivos a isso e implementam as recomendações, enquanto na

Nova Zelândia parece existir resistência (Gandy & Terrion, 2015). A Austrália é, aliás, considerada um exemplo na estratégia de prevenção do suicídio, através da iniciativa *Mindframe* (Pirkis, 2009). Este é um programa nacional financiado pelo Governo australiano que pretende apoiar a comunicação e cobertura mediática segura do suicídio, doença mental, álcool e outro tipo de drogas (Mindframe, s.d.). Não há, no entanto, muitos estudos que avaliem a cobertura mediática de forma a perceber o impacto das recomendações (Tatum et al., 2000) ou que explorem os fatores que influenciam os jornalistas e promovem, ou não, adesão a estas normas (Gandy & Terrion, 2015). Um estudo recente na Espanha, que analisou cerca de 300 notícias na imprensa digital, concluiu que a adesão às recomendações da OMS é reduzida, propondo formação específica para profissionais dos *media* (Acosta et al., 2020). Também na Espanha, uma análise longitudinal do periódico ABC mostrou que, de 1995 a 2005, houve uma melhoria no cumprimento das recomendações da OMS relativamente ao suicídio, embora os autores considerem que a informação veiculada não cumpre essas recomendações (Garrido-Fabián et al., 2018). Na Índia, um grupo de investigadores percebeu que a representação do suicídio na imprensa escrita não corresponde à realidade dos suicídios na população em geral, promovendo uma sobre representação de suicídios envolvendo alguns grupos da sociedade (mulheres, jovens abaixo dos 29 anos, homens separados ou viúvos, por exemplo) e uma sub-representação de outros (homens, pessoas acima dos 30 anos, pessoas casadas, ou suicídios por envenenamento) (Armstrong et al., 2019)

Posto isto, compilamos aqui algumas recomendações dirigidas a jornalistas, sendo que são bastante semelhantes entre si. Esta não pretende ser uma lista exaustiva de todas as recomendações existentes, mas antes uma síntese de vários documentos. São baseadas em evidência científica e, na sua maioria, não são sobre censura ou proibição. A Nova Zelândia constitui, neste aspeto, uma exceção, sendo que ali existe uma lei que proíbe que determinada informação envolvendo um suicídio seja tornada pública sem autorização da Medicina Legal. Aqui se inclui o método da morte e qualquer detalhe sobre ela, como o lugar onde ocorreu (Collings & Kemp, 2010).

A OMS lançou em 1999 o SUPRE, uma iniciativa mundial para a prevenção do suicídio. Com base nessa iniciativa, foi criado um manual orientador para jornalistas - *Preventing Suicide: a Resource for Media Professionals* (WHO, 2008). Um outro documento - *Recommendations for Reporting on Suicide* - foi desenvolvido por um conjunto de entidades e especialistas ligados à prevenção do suicídio, saúde pública, escolas de jornalismo, organizações de media e peritos em segurança na internet. Entre os colaboradores deste documento estão a *American Foundation for Suicide Prevention*, o *Annenberg Public Policy Center*, o *Center for Disease Control and*

Prevention, e o *Poynter Institute*, para nomear apenas alguns¹. Este documento está traduzido para espanhol, alemão, francês e esloveno. Também a iniciativa *Mindframe*, na Austrália propõe uma série de normas para os jornalistas (Everymind, 2014).

A OMS considera que, na cobertura do suicídio, os *media* devem desde logo aproveitar a oportunidade para educar os públicos sobre o suicídio. Este organismo aconselha a que os jornalistas evitem o uso de linguagem sensacionalista (exemplo: expressões como “epidemia de suicídios” devem ser evitadas e substituídas por outras como “aumento das taxas de suicídio”), que normalize o suicídio (exemplo: o uso da expressão “suicídio político” deve ser evitado), ou que o apresente como uma solução para os problemas; que evitem repetições indevidas de estórias de suicídio ou uma cobertura proeminente; e que evitem descrições do método usado ou informações detalhadas sobre o local do suicídio. Ainda relativamente à escolha da linguagem, os *media* não devem perpetuar expressões como “cometer suicídio” (remete para criminalidade e contribui para a estigmatização) ou “suicídio bem-sucedido/mal sucedido” ou “tentativa falhada de suicídio” (apresenta a morte como uma solução para um problema, como um objetivo a ser atingido). Ao invés do uso destas expressões, os *media* devem falar em “morte por suicídio”, “suicídio consumado” ou simplesmente dizer que a pessoa “matou-se”. Os outros dois documentos também alertam para o peso da escolha das palavras e sublinham a importância do uso de linguagem segura e inclusiva na cobertura mediática do suicídio. Os suicídios não devem ser descritos como “inexplicáveis” ou “sem aviso”. A maioria das pessoas que morre por suicídio exhibe sinais de aviso, pelo que os *media* devem tentar incluir caixas explicativas que incidam nos “sinais de aviso” ou no “que fazer”. A cobertura mediática do suicídio deve ser enquadrada numa perspetiva de saúde pública, e não deve ser comparada à mediatização de crimes, por exemplo.

É ainda recomendada cautela na escolha do título, das fotos ou das imagens que acompanham a peça noticiosa, e uma cautela redobrada na mediatização de suicídios de celebridades. Embora os suicídios de celebridades se possam revestir de valor-notícia e sejam muitas vezes encarados como informação de interesse público, vários estudos demonstram que estas notícias são mais suscetíveis de influenciar o comportamento de indivíduos mais vulneráveis. Os *media* devem reconhecer a complexidade do suicídio e as múltiplas causas por detrás deste fenómeno, onde se incluem as doenças psiquiátricas não tratadas ou por diagnosticar. É importante que os jornalistas não estabeleçam relações de causa-efeito (exemplo: suicídio foi provocado por desemprego) e que informem os públicos acerca da relação entre doença mental e/ou abuso de substâncias e suicídio, por exemplo.

1. <http://reportingonsuicide.org/> consultado em 5 fevereiro 2020.

Os jornalistas devem ainda respeitar aqueles que são afetados pelo suicídio e fornecer informação sobre onde procurar ajuda. A última recomendação da OMS prende-se com os próprios profissionais dos *media*, que podem eles mesmos ser afetados pela cobertura mediática do suicídio¹⁰. A OMS aconselha ainda cautela na interpretação das estatísticas e o uso de fontes de informação credíveis e autênticas.

Em Portugal, também o Plano Nacional para a Prevenção do Suicídio 2013-2017 (Direção-Geral de Saúde, s.d.), inserido no Programa Nacional de Saúde Mental da Direção-Geral de Saúde, reconhece os *media* como aliados das autoridades de saúde na prevenção do suicídio e relembra algumas das recomendações da OMS. Este documento remete para o guia da Organização Mundial da Saúde e aborda ainda o fenómeno da internet e das redes sociais digitais, como o *Facebook* ou *Twitter*. “Se é impossível negar a sua influência, mais difícil é o seu controlo” (Direção-Geral de Saúde, s.d., p. 58), referem os especialistas, sublinhando a importância da existência de medidas globais, e não apenas individuais. A DGS reforça a necessidade de formação para jornalistas, de forma a “encorajar a comunicação social a uma forte contenção na publicação de notícias de suicídios” (Ibíd., p. 59). Na sequência deste documento, também a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC, 2013) se pronunciou acerca da importância “inequívoca” dos *media* na prevenção do suicídio e manifestou a sua vontade de trabalhar em conjunto com as autoridades nacionais de saúde na prossecução desse objetivo.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

¿Que espaço tem e de que modo é tratado o suicídio na imprensa portuguesa diária na segunda década do século XXI? Com esta pergunta de partida, constituímos uma amostra representativa desse tempo, escolhendo para análise os anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, precisamente aqueles que se situam no meio dessa linha temporal de dez anos. O nosso objeto de estudo foram todos os jornais diários generalistas nacionais, impressos em papel. A saber: *Diário de Notícias* (fundado a 29 de dezembro de 1864, sendo o mais antigo jornal português), *Público* (nas bancas a partir de 5 de março de 1990), *Jornal de Notícias* (fundado a 2 de junho de 1888) e *Correio da Manhã* (criado a 19 de março de 1979). Os dois primeiros são jornais de referência e os dois últimos jornais de linha popular, sendo que o *Jornal de Notícias* se lê mais no norte do país e o *Correio da Manhã* em Lisboa e no sul de Portugal. Os outros jornais têm uma distribuição equilibrada. Usaremos as siglas DN para *Diário de Notícias*, JN para *Jornal de Notícias* e CM para *Correio da Manhã*.

Nesse período, publicaram 14.243 artigos noticiosos sobre o campo da saúde (campo dentro do qual integramos estes artigos que mediatizam o suicídio), sendo que os meses de agosto não foram contabilizados por serem por nós

considerados atípicos em termos noticiosos. Destes textos jornalísticos, 4651 centraram-se em doenças, ou seja, 32,6 por cento. Dentro destes e no período temporal acima referido (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), 74 falaram de suicídio, citando 180 fontes de informação. É da análise desse conjunto de textos que nos ocupamos aqui.

Neste trabalho, privilegiamos a análise quantitativa dos dados, centrada na estatística descritiva univariada, recorrendo ao programa de análise estatística de dados *Statistics Package for Social Sciences (SPSS)*. No nosso estudo, a análise das notícias de saúde divide-se em dois níveis, sendo que o primeiro nos permite caracterizar o tipo de texto que se publica na imprensa portuguesa quando se fala de doenças oncológicas; o segundo é centrado na análise das fontes de informação citadas. O primeiro nível de análise é constituído pelas seguintes variáveis: jornal, título, tipo de artigo, motivo de noticiabilidade, tempo da notícia, tamanho e lugar da notícia. O segundo nível de análise é referente às fontes de informação que analisamos segundo as seguintes variáveis: geografia, tipo de fonte, identificação, estatuto e especialidade médica (quando aplicável). O estatuto das fontes de informação é encontrado a partir de uma tipologia que nos permite saber se estamos a lidar com fontes oficiais, especializadas ou outras (Lopes, 2016). Este tipo de análise permite perceber quais os atores a quem se dava voz sobre este assunto e, por extensão, aqueles que marcavam a agenda noticiosa.

Olhamos os textos jornalísticos pelo ponto de vista do leitor, uma vez que nos importa avaliar se os textos, nomeadamente a citação de fontes, são construídos de forma precisa e perceptível ao público em geral. Importa ainda referir que o investigador não transporta para a análise dos dados os conhecimentos prévios acerca de determinada fonte, de forma a perceber as falhas existentes.

RESULTADOS

À procura dos retratos, das causas e da prevenção

Os textos que falam do suicídio na imprensa diária portuguesa têm oscilações de acordo com o jornal e com o ano em análise, como se pode constatar no *Quadro 1*, mas mantêm uma distribuição idêntica quando se analisa o tema. Aí, podem agrupar-se em três conjuntos temáticos, se tivermos em conta o “frame” noticioso escolhido: os retratos de situação (29 textos, ou seja, 39,2 por cento), as causas do sucedido (26 textos, ou seja, 35,1 por cento) e as ações preventivas em curso ou as precauções a tomar (19 textos, ou seja, 25,6 por cento).

Os textos que procuram caracterizar esta situação fazem-no hegemonicamente de forma global e quase sempre recorrendo a retratos esboçados através de números.

Anos em análise	Público	JN	DN	CM	Totais
2013	12	9	6	2	29
2014	4	6	4	1	15
2015	7	5	1	2	15
2016	1	6	1	1	9
2017	0	1	1	4	6
Totais	24	27	13	10	74

Siglas: DN (Diário de Notícias)- JN (Jornal de Notícias)- CM (Correio da Manhã)

Quadro 1. Distribuição dos artigos de suicídio por ano e por jornal

Fonte: *Elaboração propia.*

Sublinhe-se, no entanto, que esses dados são lançados para o espaço público mediático em registro alarmista, muitas vezes colocando Portugal num lugar de destaque destas práticas. Há também tendência para repetir informação ao longo do tempo. Não seguindo este trabalho uma metodologia predominantemente qualitativa, faremos aqui um breve incursão na direção de uma abordagem pontualmente mista para ressaltar exemplos disso ao percorrer os textos em análise, cruzando diferentes jornais ou seguindo o mesmo jornal. A 25 de março de 2015, o *Correio da Manhã* fazia uma peça com este título: “Três suicídios por dia”. Precisamente um mês depois, o *Jornal de Notícias* informava que há “três vidas perdidas por suicídio a cada dia”. No ano seguinte, a 24 de maio, o JN voltava a titular isto: “Três pessoas por dia acabam com a vida”. A 11 de fevereiro, o *Público* titulava uma peça assim: “Um em cada cinco suicídios tem a ver com o desemprego”, tendo como fonte um artigo publicado naquela altura na revista *The Lancet Psychiatry*, da autoria de investigadores da Universidade de Zurique. No dia 10 de setembro do mesmo ano, o mesmo jornal volta a noticiar que “um em cada 5 suicídios tem a ver com o desemprego”, repetindo a mesma fonte e assumindo ter isso já sido noticiado anteriormente, embora nada se esclareça quanto à data da publicação. Refira-se que este tom de alarme é também extensível a jornais de referência: “Doentes com pensamentos suicidas aumentam 70 por cento em 6 anos” (*Público*, 22 de março de 2016), “Suicídios: Portugal acima da média mundial em 2015” (DN, 6 de setembro de 2016).

No entanto, os maiores problemas centram-se nos textos que procuram causas para comportamentos suicidários e que representam 35 por cento daquilo que se produz jornalisticamente sobre este tema nos diários portugueses. Ao longo dos anos, os jornais vão evidenciando diferentes grupos de risco: idosos, jovens, estudantes, desempregados, pessoas que habitam zonas rurais, habitantes do sul do país, detidos, psiquiatras, polícias, pessoas com depressão.

Basta uma referência de uma fonte em determinada conferência a uma tendência ou um estudo que incida num grupo muito específico para o discurso jornalístico generalizar declarações. A 11 de abril de 2014, o *Jornal de Notícias* titulava que os “idosos fazem aumentar número de suicídios em Portugal”, tendo como base uma afirmação do presidente da Sociedade Portuguesa de Suicidologia que, num simpósio, sublinhara haver um número significativo de pessoas acima dos 60 anos que se suicidavam, vítimas de depressão e isolamento”. Na edição de 24 de dezembro de 2015, o *Público* noticiava que “quase metade dos psiquiatras tem ideias suicidas”, apresentando-se como fonte um questionário anónimo, enviado por e-mail aos 159 internos de psiquiatria de adultos e de psiquiatria da infância e da adolescência do país.

Apesar de uma boa parte dos textos que tratam jornalisticamente o suicídio conterem várias limitações, há que sublinhar o esforço para introduzir na agenda noticiosa um conjunto significativo de temas que evidenciam ações positivas. Exemplos: “Psicólogos do INEM travam suicídios (CM, 15 de fevereiro de 2015); “Medicação tem travado mortes” (JN, 25 de abril de 2015); “Aplicação que alerta para tendências suicidas chega a Portugal” (DN, 20 de junho, 2016); “Colocar barreiras em pontes e apoiar desempregados para evitar suicídios” (*Público*, 2 de abril de 2013). No entanto, tendo em conta o nosso universo de análise, a maioria dos textos jornalísticos apresentam em título um enfoque negativo (59,5 por cento), ou seja, o título apresenta-se em tom de alarme ou de fatalidade. Apenas 14,9 por cento dos artigos apresentam um título de ângulo positivo, ou seja, com palavras com carga semântica favorável a uma resolução da doença ou auspiciosa de uma resolução do problema que ali se apresenta. Os restantes são neutros ou ambíguos.

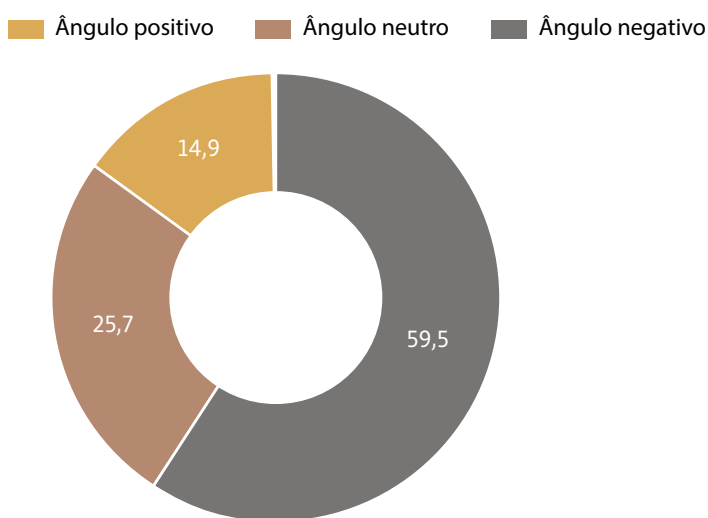


Gráfico 1. Tipo de títulos (%)

Fonte: *Elaboração propia.*

UMA NOTICIABILIDADE ANCORADA EM DOCUMENTOS

O jornalismo que trata o suicídio faz-se hegemonicamente com fontes de informação. Um terço dos textos apresenta-se ancorado em documentos (33,3 por cento), sendo que 10 por cento deles situam-se fora do campo da saúde. A sociedade, no papel de cidadãos ou de pacientes, não está muito presente e isso não é um traço negativo, dado que não se constitui como um interlocutor central. Os textos precisam de especialistas, mas estes não abundam.

Em termos de grupos de fontes, as mais visíveis são as oficiais, nomeadamente aquelas que representam a Direção-Geral de Saúde (DGS). Os políticos não são aqui muito ouvidos (2,2 por cento), sendo as políticas de saúde assumidas preferencialmente pela DGS. No que diz respeito aos especialistas, os jornalistas valorizam sobretudo os médicos e os investigadores. Os primeiros quando detêm cargos e falam em nome do seu grupo (6,7 por cento) e os segundos quando fazem declarações a título individual (7,2 por cento). Os médicos enquanto fontes individuais representam apenas 3.9 por cento e os investigadores enquanto detentores de cargos reúnem uma percentagem de 1,1 por cento. No que diz respeito aos documentos, os diários destacam aqueles que têm uma natureza oficial, que reúnem uma percentagem de 15 por cento, quase a metade do total desse grupo, sendo que 8,9 por cento pertencem ao campo da saúde e 6,1 situam-se fora do campo da saúde. Há também uma valorização dos estudos especializados que somam 12,2 por cento.

Estatuto da Fonte de Informação		Percentagem
	Oficiais	18,9
Especializadas (dentro do campo)	Institucionais	12,3
	Não-Institucionais	13,3
Documentos	Dentro do campo	23,3
	Fora do campo	10
Media	Dentro do campo	4,5
	Fora do campo	4
Especializadas (fora do campo)	Institucionais	4,5
	Não-Institucionais	3,4
	Pacientes	1,7
	Cidadãos	1,7
	Não sei	2,8

Quadro 2. Estatuto das fontes de informação (%)

Fonte: Elaboração propia.

UM JORNALISMO QUE ACENTUA O ESTIGMA

A cobertura noticiosa do suicídio faz-se através de um ângulo negativo (59,5 por cento) e isso é natural dada a temática disruptiva em tratamento. No entanto, já não será assim tão expetável que a titulação se construa assente essencialmente nos seguintes vetores:

- Uma estatística pouco trabalhada, ou seja, apresentam-se números globais, mas no texto não se apresentam universos/amostras e caminhos escolhidos para chegar a esses dados.

Exemplos:

“Quase 40% dos suicídios são cometidos por idosos” (Público, 29 de outubro de 2015);

“Quase metade dos psiquiatras tem ideias suicidas” (Público, 24 de dezembro de 2015);

“Três suicídios por dia em 2014” (Correio da Manhã, 25 de março de 2016).

- Uma identificação imponderadamente generalizada de grupos vulneráveis ou de zonas específicas do país.

Exemplos:

“Idosos fazem aumentar número de suicídios em Portugal” (JN, 11 de abril de 2014);

“Mais álcool e tuberculose no norte, VIH e suicídios no sul” (DN, 9 de novembro de 2015).

- Um registo acentuadamente alarmista.

Exemplos:

“A cada 39,22 segundos alguém põe fim à vida” (DN, 5 de setembro de 2014);

“Três vidas perdida por suicídio a cada dia” (JN, 25 de abril de 2015);

“Três pessoas por dia acabam com a vida” (JN, 24 de maio de 2016).

Note-se que não há aqui diferenças entre jornais de referência e de linha mais popular. Há um modo comum de titular peças noticiosas que não permite contextualizar problemáticas, antes acentua um tom de alarme que se queria afastado deste tipo de noticiabilidade.

Os ângulos positivos, que somam apenas 14,9 por cento das peças, apresentam títulos centrados frequentemente nas mesmas fontes de informação, salientando-se assim uma proactividade destas na promoção da noticiabilidade. O caso do INEM é paradigmático desta tendência:

“INEM socorre cada vez mais pessoas que tentam suicídio” (DN, 21 de fevereiro de 2013);

“Psicólogos do INEM travam 85 tentativas de suicídio” (DN, 2 de maio de 2014);

“Psicólogos do INEM batem record de pedidos de ajuda (JN, 2 de maio de 2014);

“Psicólogos do INEM com record de chamadas de pedidos de ajuda” (Público, 2 de maio de 2014);

“Psicólogos do INEM travam suicídios” (Correio da Manhã, 15 de fevereiro de 2015).

CONCLUSÕES

Apesar das normas internacionais e de algumas diretivas desenvolvidas em território nacional fixarem modos de mediatizar o suicídio, os jornalistas portugueses não apresentam particularidades nos artigos que escrevem sobre este tema. É certo que se notam algumas precauções ao nível do agendamento dos acontecimentos que impõem, por exemplo, restrições a que se noticiem suicídios individuais, mas o tratamento desta problemática, pela sensibilidade que reúne, exige que se vá muito para além dos cuidados dos factos em notícia. Convinha também apurar o modo como o suicídio é noticiado, tal como recomenda a Organização Mundial da Saúde.

Percorrendo a imprensa generalista portuguesa, não se nota qualquer estratégia para a mediatização dos suicídios. A noticiabilidade produz-se pendurada numa agenda conjuntural que resulta, sobretudo, da publicitação de documentos, da organização de colóquios ou da promoção de eventos/iniciativas por parte de fontes organizadas de informação que vão impondo as suas narrativas. Na relação fontes-jornalistas, há, na verdade, uma força maior dos primeiros atores, nem sempre profícua para o campo jornalístico. Talvez essa situação explique, por exemplo, a estranha repetição de informação ao longo de uma linha temporal extensa (de um ano), percebendo-se, assim, que o jornalismo é mais estruturado por aqueles que disponibilizam informação do que pelas redações. Dever-se-ia, pois, caminhar para uma situação de maior equilíbrio.

Na cobertura do suicídio, os *media* noticiosos podem reduzir o estigma e promover a prevenção. Na imprensa generalista portuguesa, há uma tendência para o contrário, sempre que se generaliza esse comportamento a certos grupos (idosos, jovens...) ou a determinadas regiões (normalmente o sul do país). E faz-se isso com muita frequência e intensidade, desde logo a partir do próprio título. Esta tendência fixa um protocolo de leitura que acompanhará o leitor até ao final do texto. Também nota-se nos textos publicados uma carência de fontes especializadas que contextualizem mais o que acontece e que ajudem a dotar o discurso noticioso de um meio eficaz para ajudar a minimizar comportamentos desviantes. À pergunta que procura saber se “os *media* noticiosos promovem a prevenção”, a resposta parece ser inequívoca a partir dos dados que aqui exploramos: não promovem a prevenção. No entanto, isso não permite concluir que tal mediatização aumenta o risco de suicídio. Para dar resposta a essa questão, um estudo futuro poderia analisar os casos de suicídio a nível nacional, antes e depois da publicação de notícias sobre suicídio. Desta forma, seria possível perceber se estamos perante uma mediatização do suicídio que aumenta, ou não, as ocorrências de suicídio.

FINANCIAMENTO

Esta publicação é apoiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020), e no âmbito do contrato celebrado ao abrigo da norma transitória prevista pelo art. 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

REFERÊNCIAS

- Acosta, F. J., Rodríguez, C. J., Cejas, M. R., Ramallo-Fariña, Y., & Fernandez-Garcimartin, H. (2020). Suicide Coverage in the Digital Press Media: Adherence to World Health Organization Guidelines and Effectiveness of Different Interventions Aimed at Media Professionals. *Health Communication*, 35(13), 1623-1632. <https://doi.org/10.1080/10410236.2019.1654176>
- Armstrong, G., Vijayakumar, L., Pirkis, J., Jayaseelan, M., Cherian, A., Soerensen, J. B., Arya, V., & Niederkrotenthaler, T. (2019). Mass media representation of suicide in a high suicide state in India: an epidemiological comparison with suicide deaths in the population. *BMJ Open*, 2019;9:e030836. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-030836>

- Blanco-Castilla, E. & Cano Galindo, J. (2019). Influencia de la agenda en la cobertura informativa de nueve casos de bullying que acabaron en suicidio (School bullying and teen suicide in the Spanish press from journalistic taboo to boom). *Revista Latina de Comunicación Social*, 74, 937-949. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1365en>
- Collings, S. C., & Kemp, C. G. (2010). Death knocks, professional practice, and the public good: the media experience of suicide reporting in New Zealand. *Social Science & Medicine*, 71, 244-248.
- Dearing, J. W. & Rogers, E. M. (1992). *Agenda-Setting*. Sage.
- Direção-Geral de Saúde (s/d). *Plano Nacional de Prevenção do Suicídio 2013/2017* (National Program for the Prevention of Suicide 2013/2017).
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social.(2013). Pronúncia no âmbito da discussão pública do Plano Nacional para a Prevenção do Suicídio. (Pronunciation within the public discussion of the National Plan for the Prevention of Suicide.)
- Everymind. (2014). *Reporting suicide and mental illness: A Mindframe resource for media professionals*.
- Gandy, J. & Terrion, J. L. (2015). Journalism and Suicide Reporting Guidelines in Canada: Perspectives, Partnerships and Processes. *International Journal of Mental Health Promotion*, 17(5), 249-260. <https://doi.org/10.1080/14623730.2015.1077613>
- Garrido-Fabián, F., Serrano-López, A. E., & Catalán-Matamoros, D. (2018). El uso por los periodistas de las recomendaciones de la OMS para la prevención del suicidio. El caso del periódico Abc (The journalists' use of WHO recommendations for the prevention of suicide. The case of the newspaper Abc.). *Revista Latina de Comunicación Social*, 73, 810-827. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2018-1283>
- Goldney, R. D. (1989). Suicide: the role of the media. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 23, 30-34. <https://doi.org/10.3109/00048678909062589>
- Gould, M. S. (2001). Suicide and the Media. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 932(1), 200-221.
- Gould, M., Jamieson, P., & Romer, D. (2003). Media Contagion and Suicide Among the Young. *American Behavioral Scientist*, 46(9), 1269-1284. <https://doi.org/10.1177/0002764202250670>
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação (A proposal of a theoretical model for the typology of news sources). *Observatorio (OBS*) Journal*, 10(4), 180-191. <https://doi.org/10.15847/obsOBS1042016951>
- Michel, K., Frey, C., Wyss, K., & Valach, L. (2000). An exercise in improving suicide reporting in print media. *Crisis*, 21(2), 71-79. <https://doi.org/10.1027//0227-5910.21.2.71>
- Mindframe (s.d.). *Mindframe Guidelines*. <https://mindframe.org.au/about-us>
- Pirkis, J., Blood, R. W., Beautrais, A., Burgess, P., & Skehan, J. (2006). Media Guidelines on the Reporting of Suicide. *Crisis*, 27(2), 82-87. <https://doi.org/10.1027/0227-5910.27.2.82>
- Pirkis, J., Burgess, P., Blood, R. W., & Francis, C. (2007). The Newsworthiness of Suicide. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 37(3), 278-283. <https://doi.org/10.1521/suli.2007.37.3.278>
- Pirkis, J. (2009). Suicide and the Media. *Psychiatry*, 8(7), 269-271. <https://doi.org/10.1016/j.mppsy.2009.04.009>

- Santos Diez, T. & Camacho Markina, I. (2020). La representación del suicidio en la prensa española (The representation of suicide in the Spanish press). *Revista de Ciencias Sociales*, 2(168), 2215-2601. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15364525013>
- Schiavo, R. (2014). *Health communication. From theory to practice* (2nd ed). Jossey-Bass.
- Sudak, H. S. & Sudak, D. M. (2005). The Media and Suicide. *Academic Psychiatry*, 29(5), 495-499. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1176/appi.ap.29.5.495.pdf>
- Tatum, P. T., Canetto, S. S., & Slater, M. D. (2010). Suicide Coverage in U.S. Newspapers Following the Publication of the Media Guidelines. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 40(5), 524-534. <https://doi.org/10.1521/suli.2010.40.5.524>
- World Health Organization. (2008). *Preventing Suicide: A Resource for Media Professionals*.
- World Health Organization (June 17, 2021). *Suicide - Key Facts*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>

SOBRE AS AUTORAS

RITA ARAÚJO, doutora em Ciências da Comunicação, é investigadora no CECS/ Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação são a comunicação e o jornalismo em saúde, as fontes de informação, e a literacia em saúde. Foi visiting scholar no Hunter College, City University School of Public Health, Nova Iorque. É autora e coautora de vários artigos científicos e capítulos de livros e apresentou já a sua investigação em diversas conferências nacionais e internacionais.

 <https://orcid.org/0000-0001-7124-6057>

FELISBELA LOPES, Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho onde trabalha desde 1994, lecionando cadeiras ligadas ao jornalismo. Entre 2009 e 2014, foi a Pró-Reitora da Comunicação. Tem centrado a sua investigação académica na comunicação e jornalismo da saúde, informação televisiva e fontes de informação. Coordena um estudo sobre a cobertura jornalística da COVID-19 e da vacinação e integrou uma equipa de especialistas que aconselhou o governo português no processo de desconfinamento do país.

 <https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>